

O TERCEIRO SETOR: trajetória II

Luiz Carlos dos Santos

Retomando-se a temática, ficou evidenciado que na década de 1990, houve mudanças na formatação do terceiro setor no Brasil, quando este começou a ser construído com características e lógica diferentes dos demais, o que marcou os rumos das organizações sem fins lucrativos.

Registrou-se na primeira parte sobre o assunto em tela que dois fatores foram fundamentais para entender a expansão do setor em análise. Um deles foi o engajamento do setor privado nas questões sociais, por meio do qual, em um primeiro momento, instituições brasileiras e multinacionais iniciaram um processo de atuação nas áreas sociais. À medida que foram ganhando experiências e contato com a realidade social do país, passaram a constituir suas próprias fundações, além de continuarem a atuar em parcerias. Nessa linha, citam-se: Fundação Odebrecht, Fundação Educar, Fundação O Boticário, Fundação Acesita, dentre outras.

Saliente-se que esses fatos influenciaram significativamente o desenvolvimento das organizações da sociedade civil (OSCs) e a proximidade com o setor privado contribuiu para a assimilação de alguns paradigmas de gestão e para a busca de um certo grau de profissionalização de seus quadros de recursos humanos.

O outro fator importante para a lógica de expansão do terceiro setor é o conceito de sustentabilidade, que marca a tentativa de pôr fim ao processo de dependência, ao implicar a necessidade de diversificar fontes de financiamento, desenvolver projetos de geração de receitas, profissionalizar seu capital intelectual e voluntariado, atrair membros sócios das organizações e estratégias de comunicação, buscar paradigmas de avaliação de resultados sociais, desenvolver uma estrutura gerencial eficaz, eficiente e efetiva, entres outras variáveis. Porém, tudo isso é relevante, mas independentemente da ferramenta/instrumentos de gestão empresarial que se pretenda implementar na área social, é fundamental que se proceda uma adaptação da linguagem e dos conceitos.

Em pesquisa realizada por Salomon & Anheier apud Costa Jr. (1997), abrangendo os países do Japão, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Hungria, constatou-se a importância desse setor, com ênfase nos EUA (6,3%), verificando-se que a participação das despesas no Produto Interno Bruto (PIB) dos demais países é, em média, de 3,5%. A mesma pesquisa revelou que as organizações não lucrativas atuam de forma

diferenciada nos países investigados. As entidades dedicadas à educação têm muita importância no Japão e no Reino Unido, enquanto aquelas voltadas para a saúde são expressivas nos EUA e na Alemanha. Na Hungria, destacam-se as que têm relação com as artes e a cultura.

No Brasil, o terceiro setor não para de crescer. É o que afirma Jadon (2005), “[...] são mais de 300 mil ONGs que empregam mais ou menos 2 milhões de pessoas, tendo movimentado, em 1998, recursos em torno de 1,2% do PIB. [...] esse setor favoreceu, no mesmo ano, mais de 9 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 6% da população total à época.

Parafraseando Dowbor (2002), pode-se depreender que, antigamente, a gestão do social era de responsabilidade somente do Estado; todavia, na contemporaneidade, cresce a idéia de que a referida gestão é mais produtiva quando há a participação dos interessados, ou seja, da sociedade. Se o Estado e a iniciativa privada não conseguem atender às necessidades da sociedade, quase naturalmente novos grupos acabam tendo que se juntar e arregaçar as mangas. Nessa perspectiva, ilustra-se o papel da Pastoral da Criança, que agrega 62 profissionais, articulando uma rede de 150 mil voluntários em 3.200 municípios brasileiros, todos com a mesma visão de conjunto.

De acordo com Salomon (2004), em estudo envolvendo 36 países, inclusive o Brasil, os resultados mostram que o Terceiro Setor emprega mais de 45 milhões de pessoas, o que corresponde a 4,4% da população economicamente ativa nesses países. Os assalariados correspondem a 56% da força de trabalho no citado setor.

Constata-se que, no Brasil, o setor referenciado vem inovando, criando alternativas e, sobretudo, ousando para cumprir tarefas que, em princípio, deveriam ser de responsabilidade dos outros setores. Pode-se arrolar nesse sentido um leque de programas, geridos por organizações sociais, destacando-se: Projeto Banco Palmas, em Fortaleza; Projeto Reciclar, em São Paulo; A Obra Social Dom Bosco, em São Paulo; Obras Assistenciais de Irmã Dulce, em Salvador; Cidade da Luz também em Salvador e muitas outras entidades espalhadas nesse imenso país.

É importante ressaltar que, tendo em vista a natureza dessas instituições de base comunitária, as organizações sem fins lucrativos agregam pessoas na busca de solução de problemas sociais. No dizer de Dowbor (1998), “[...] o essencial é que o terceiro setor trata de formas da sociedade civil assumir diretamente a resolução de alguns dos seus problemas, sem esperar que o faça o Estado, ou a mão invisível do setor empresarial. Organizando os consumidores para conter preços exorbitantes, ou os usuários para pressionar o Estado

objetivando a melhoria dos serviços de saúde, por exemplo, o setor comunitário tem um papel mais complementar do que substitutivo dos outros setores”.

Registre-se que a crescente consciência, por parte das organizações do terceiro setor, da necessidade de demonstrar resultados para todas as partes interessadas, aliadas à maior competição por recursos, nem sempre facilmente disponíveis, propiciou nessas entidades abertura cada vez maior para o uso de métodos administrativos profissionais, utilizados no setor privado e público, sem deixar de lado suas peculiaridades e o elevado valor implícito de sua missão social.

Finaliza-se essa nota enaltecendo a sensibilidade do terceiro setor que, com o espírito de luta e sua criatividade pessoal, institucional e comunitária, contribui para a expansão dos limites do possível, transformando-se numa fábrica de inovações capazes de promover o bem comum. Em nota futura, serão levantados outros pontos para suscitar discussões acerca do assunto em foco.